

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL

Plenário da Câmara – 17/03 – 19h – Sessão conjunta

Sessão conjunta do Congresso Nacional para votar o Orçamento para 2015 (PLN 13/2014).

Resultado: Depois de amplo acordo entre os parlamentares, o Congresso Nacional aprovou o relatório do senador Romero Jucá sobre o Orçamento da União de 2015. O projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2015 (PLN 13/2014) segue agora para sanção presidencial.

SENADO FEDERAL

Plenário – 17 a 19/03 – 14h – Sessão deliberativa

O Plenário do Senado deve votar, nessa semana, projetos relacionados à Reforma Política, como o PLS 268/2011, que institui o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais; a PEC 40/2011, que permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias; a PEC 58/2013, que estabelece novos critérios para criação de partidos políticos; e a PEC 73/2011, que determina a desincompatibilização do Presidente da República, do Governador do Estado e do Prefeito Municipal como condição para a candidatura eleitoral.

Resultado: A PEC 58/2013, que estabelece novos critérios para criação de partidos políticos, foi rejeitada pelo Plenário do Senado e será arquivada. A PEC da desincompatibilização (73/2011); a PEC 40/2011 (permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias); e o PLS 268/2011, que institui o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, tiveram sessões de discussão, mas ainda não foram votados.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) – 17/03 – 9h – Plenário 06

Audiência Pública Conjunta para discutir o PLC 2/2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Convidados: Kátia Abreu,

ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente; Nilma Lino Gomes, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Aldo Rebelo, ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação; Jacques Wagner, ministro da Defesa; Patrus Ananias de Sousa, ministro do Desenvolvimento Agrário; Armando Monteiro, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Resultado: Representantes de sete ministérios defenderam a aprovação do novo marco legal da biodiversidade. O governo federal quer urgência na reformulação da lei atual, considerada um entrave à bioprospecção e à repartição de benefícios em favor dos detentores do conhecimento tradicional. Paulo Sérgio Lacerda, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, afirmou que a nova lei poderá remover entraves para a pesquisa científica no país. O representante do Ministério da Agricultura, Hércio Botelho, criticou a burocracia que envolve a pesquisa agrícola no país e disse que 550 dias é o período médio para a autorização de uma pesquisa com flora nativa.

Entre os pontos divergentes, está a questão da fiscalização insuficiente, já que empresas estrangeiras sem vinculação com instituições nacionais podem ter acesso ao patrimônio genético brasileiro. Além disso, povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares se dizem excluídos do processo de elaboração da nova lei. Outras questões divergentes são o caso das sementes crioulas, mantidas por pequenos agricultores, que deixarão de receber compensação; a repartição de benefícios apenas a produtos nos quais o patrimônio genético ou conhecimento tradicional for considerado elemento principal de agregação de valor; as isenções e perdão de multas pelo acesso realizado antes de junho de 2000; e o fato de o projeto prever teto e não piso a título de compensação financeira.

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – 17/03 – 10h30 – Plenário 19

Audiência Pública com Nelson Barbosa, ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para discutir as diretrizes e perspectivas de seu Ministério para o ano de 2015.

Resultado: Nelson Barbosa, disse que a alta da inflação é temporária e que a expectativa do mercado financeiro é de queda nos dois próximos anos. Sobre a alta do dólar, ele disse que a situação não está fora de controle e a moeda americana está subindo no mundo inteiro. O ministro do Planejamento afirmou que, apesar dos problemas atuais enfrentados pelo país no campo econômico, o Brasil ainda tem economia forte, diversificada e com grande potencial de crescimento.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) – 18/03 – 8h – Plenário 06

Audiência Pública Conjunta sobre o PLC 2/2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Convidados: Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria; Helena Bonciani Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Fernando Figueiredo, presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química; Reginaldo Braga Arcuri, presidente Executivo do Grupo Farma Brasil; Mauricio Antonio Lopes, presidente da Embrapa; Paulo Gadelha, presidente da Fundação Osvaldo Cruz; Luiz Renato de França, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Nilson Gabas Jr., diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi; Flavio Chiarelli Vicente de Azevedo, presidente da Fundação Nacional do Índio; Maria Emília Lisboa Pachêco, presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Sônia Guajajara, representante da Entidade de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; Cláudia Pinho, representante da Com. Nacional de Desenv. Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Marciano Tolêdo, representante da Via Campesina; Joaquim Belo, representante do Conselho Nacional de Extrativistas; Maurício Guetta, representante do Instituto Sócio Ambiental.

Resultado: Dando continuidade aos debates sobre o projeto da biodiversidade, de um lado, os chamados usuários dos recursos genéticos — indústrias, agronegócio e institutos de pesquisa — veem vantagens da nova lei para alavancar a sua exploração econômica. De outro, os detentores do conhecimento tradicional sobre animais e plantas nativas — povos indígenas, quilombolas, extrativistas e agricultores familiares — apontam quebra de direitos e riscos à proteção dos recursos naturais. Comum a todos apenas a crítica à legislação em vigor (MP 2186/2001), considerada excessivamente burocrática e responsável por colocar na ilegalidade um grande número de pesquisadores e instituições que fazem bioprospecção e por dificultar a repartição de benefícios com comunidades tradicionais.

Na quinta-feira, o projeto foi aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A matéria, que tramita em regime de urgência, ainda tem que ser votada na Comissão de Ciência e Tecnologia, na Comissão de Assuntos Econômicos, e na Comissão de Meio Ambiente.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 17 a 19/03 – 14h – Sessão deliberativa

A regulamentação dos direitos dos trabalhadores domésticos (PLP 302/2013) e a política de valorização de longo prazo do salário mínimo (PL 7469/2014) são os destaques da pauta do Plenário da Câmara dos Deputados nesta semana.

Na quarta-feira, pode ser votada em 2o turno a **PEC 457/2005**, conhecida como **PEC da Bengala**, que aumenta de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União.

Ainda na pauta, o PL 1594/2011, que trata da custódia de presos nas unidades das Polícias Federal e Civis dos Estados e do Distrito Federal; e a PEC 504/2010, que inclui o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Haverá ainda, na quarta-feira, uma Comissão Geral para discutir a segurança pública no país.

Resultado: A Câmara aprovou o PLP 302/2013, que regulamenta os direitos dos trabalhadores domésticos. A proposta volta para o Senado Federal. As demais matérias não foram votadas.

Autoridades e representantes de entidades debateram, na quarta-feira, no Plenário da Câmara, a situação da segurança pública no Brasil. Entre os temas discutidos em comissão geral, destacaram-se a necessidade de definição de formas de financiamento da segurança pública, com a fixação de um percentual de recursos do Orçamento da União; a adoção do ciclo de polícia completo (em que as forças fazem investigação e patrulhamento ostensivo); e a valorização dos profissionais de segurança pública. A situação crítica do sistema prisional no País e o excesso de prisões temporárias também foram discutidos. O procurador da República Bruno Freire de Carvalho falou de outro aspecto da discussão, que é o controle externo da atividade policial. Essa atribuição constitucional é do Ministério Público e, segundo ele, é uma garantia para o cidadão. Ele defendeu ainda que a segurança pública não seja discutida apenas do ponto de vista dos crimes violentos. “Corrupção, lavagem de dinheiro e crimes de colarinho branco também devem ser tratados no âmbito da segurança pública”, destacou.

Comissão Especial da PEC 182/2007 – Reforma Política – 17/03 – 10h – Plenário 09

Debate sobre os temas: reeleição; duração do mandato; coincidência das eleições; suplência de senador; período de Convenções; marketing eleitoral; coligações proporcionais; cláusula de

desempenho; federação partidária; prazo de filiação; e janela de fidelidade.

Resultado: A maior parte dos parlamentares da Comissão Especial da Reforma Política manifestou o apoio ao fim da reeleição para cargos do Poder Executivo e ao estabelecimento de mandato de cinco anos para todos os cargos. O relator, deputado Marcelo Castro, defendeu a coincidência de mandatos em todos os níveis (municipal, estadual e federal) já nas eleições de 2018. A partir desse ano, todos os cargos do Executivo e do Legislativo passariam a ter mandatos de cinco anos.

O relator também defendeu o fim das coligações nas eleições proporcionais. Para ele, as coligações proporcionais enfraquecem as agremiações, porque há até dez partidos coligados e isso deforma a vontade do eleitor. A maioria dos membros da comissão se manifestou favoravelmente à proposta.

Sobre as cláusulas de desempenho, o relator sugeriu que o partido político, caso não alcance, perca o acesso ao fundo partidário e o direito ao tempo na televisão. Ele propôs um escalonamento: na primeira eleição o partido deve possuir 2% dos votos nacionais e 1% nos votos estaduais; na eleição posterior o partido deve alcançar 3% nos votos nacionais e 2% nos estados. De acordo com o relator, essa medida diminuiria o número de partidos dos atuais 28, com representação no Congresso, para aproximadamente 11. Vários deputados foram contrários à proposta.

O relator defendeu a constituição de federação partidária, que funcionaria como um partido único. “O partido A, B e C formam uma federação partidária. Antes das convenções, vão ao TSE e registram aquela federação. Embora tenham autonomia interna, funcionam para todos os efeitos, como se fosse um partido só. E essa federação valeria durante todo o mandato e todos os níveis e eles atuariam conjuntamente” , explicou.

O relator também defendeu limitações ao marketing eleitoral.

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) – 17/03 –14h30 – Plenário 01

Item 11 – PEC 171/1993, do dep. Benedito Domingos - "altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos)".

O relator, deputado Luiz Couto, apresentou parecer pela rejeição.

Resultado: Proposta não votada. Ficou marcada para a próxima terça-feira (24) uma audiência pública para tratar da maioria penal.

**Comissão Especial da PEC 215/2000 – Demarcação de Terras Indígenas – 17/03 –14h30 –
Plenário 13**

Instalação da comissão e eleição do presidente e dos vice-presidentes.

Resultado: Comissão instalada. Foi eleito presidente o deputado Nilson Leitão (PSDB/MT) e o deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR) foi designado relator.

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) – 18/03 –10h – Plenário 09

Audiência Pública sobre o acordo de leniência entre as empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato e o Governo Federal, de maneira a permitir o ressarcimento, por meio de multas, dos recursos do Estado, além de possibilitar que as empresas voltem a ter condições de disputar obras públicas. Convidados: Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União; Aroldo Cedraz, presidente do Tribunal de Contas da União; Júlio Marcelo de Oliveira, procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU.

Resultado: Audiência cancelada e remarcada para a próxima quarta-feira (25).

CPI da Petrobras – 19/03 – 9h30 – Plenário 02

Audiência Pública com a participação de Renato de Souza Duque, ex-diretor de Serviços da Petrobras.

Resultado: Durante as quatro horas de interrogatório na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, o ex-diretor da estatal Renato Duque, denunciado por lavagem de dinheiro no processo judicial da Operação Lava Jato, se recusou a responder perguntas sobre as irregularidades na companhia.

**Comissão Especial para alterar a Lei 8666/1993 – Lei das Licitações – 19/03 – 9h30 –
Plenário 12**

Instalação da Comissão e eleição do presidente.

Resultado: Comissão instalada. Foi eleito presidente o deputado Carlos Marun (PMDB/MS) e o deputado Mário Heringer (PDT/MG) foi designado relator.

Comissão Especial do PL 37/2011 – Novo Código de Mineração – 19/03 – 10h – Plenário 11

Instalação da Comissão e eleição do presidente.

Resultado: Comissão instalada. Foi eleito presidente o deputado Gabriel Guimarães (PT/MG) e o deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG) foi designado relator.

Respeitosamente,

Natasha Machado

Assessora Parlamentar

Fone.: (61) 3961-9012

(61) 9121-2238

**DR. ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS
PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA
PRESIDENTE - BIÊNIO 2013/2015**